

I CONGRESO IBEROAMERICANO DE DOCENTES

CONGRESO VIRTUAL DEL 26 NOVIEMBRE AL 08 DICIEMBRE DE 2018

ALGECIRAS (CÁDIZ) DEL 06 AL 08 DICIEMBRE DE 2018

Actas del Congreso Iberoamericano de Docentes

Inclusão de crianças com microcefalia na educação
infantil: quais dificuldades encontradas pelos
professores?

Daniela Rocha dos Santos

Marisela Pi Rocha

ISBN: 978-84-948417-0-5

Edita **Asociación Formación IB.**

Coordinación editorial: **Joaquín Asenjo Pérez, Óscar Macías Álvarez, Patricia Ávalo Ortega y Yoel Yucra Beisaga**

Año de edición: **2018**

Presidente del Comité Científico: **César Bernal.**

El I Congreso Iberoamericano de Docentes se ha celebrado organizado conjuntamente por la Universidad de Cádiz y la Asociación Formación IB con el apoyo del Ayuntamiento de Algeciras y la Asociación Diverciencia entre otras instituciones.

<http://congreso.formacionib.org>



red
iberoamericana
de docentes



formaciónib))

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES?

SANTOS, Daniela Rocha dos
GEHFTIM/UESB/BA/BRASIL
rochadanni73@gmail.com
ROCHA, Marisela Pi
GEHFTIM/UESB/BA/BRASIL
UNEB/BA/BRASIL
mariselaroc@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema em estudo tem como meta analisar o que é a microcefalia, quais são as causas da doença, as dificuldades que a criança terá futuramente e a sua socialização na creche e na escola.

Baseado nos estudos de Torres e Tapia (2016), que apontam uma discussão sobre a escola inclusiva e como essa pode estar atendendo crianças com microcefalia, sem apresentar formulas prontas, mas apontando possíveis caminhos para o desenvolvimento desses alunos. A conferência Mundial de 1994, da UNESCO, sobre Necessidades Educacionais Especiais, divulgou a seguinte mensagem:

A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos [...]. Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se e conquistam atitudes, habilidades e os valores necessários para a vida em comunidade. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.21).

Esse direito a inclusão deve ser para todos os alunos, o simples ato de receber as crianças com microcefalia na sala de aula e não desenvolver ações, programas de ampliação para a socialização entre ela e os demais, não garante os benefícios da inclusão.

Os dados da pesquisa foram coletados em quatro escolas que possuem Educação Infantil, duas da rede pública e duas da rede privada. Todas essas escolas estão situadas em um bairro periférico de Jequié - BA, com alto nível de vulnerabilidade social e fragilidade econômica.

O procedimento da pesquisa incluiu um questionário aberto com os professores das unidades de ensino, durante todo o mês de julho de 2018, sobre os aspectos que

envolvem uma infraestrutura adequada, a capacidade de acolhimento da escola e a preparação dos docentes. No percurso metodológico, buscou-se também a pesquisa bibliográfica, trazendo reflexões acerca do tema abordado para se chegar aos resultados.

TEORIZANDO A MICROCEFALIA

A microcefalia é uma doença que atinge o bebê ainda durante a gestação da mãe, principalmente no primeiro trimestre, seja por anormalidades genéticas ou infecções durante a gestação, como rubéola, toxoplasmose, HIV e o Zika vírus, entre outras. Ainda no útero materno é possível detectar através de exames se a criança é portadora da microcefalia ou não, uma característica evidente é o formato da cabeça do nascituro, nele há uma diminuição no perímetro cefálico.

Como enfatiza Sá (2013),

Microcefalia é uma doença neurológica. As crianças que apresentam esta problemática nascem com o tamanho da cabeça significativamente abaixo da média, quando comparada a crianças da mesma idade e do mesmo sexo (SÁ, 2013).

O tamanho normal do cérebro tem acima de 33 cm de diâmetro e o microcéfalo tem menos de 33 cm. A medida mais segura é medir a circunferência da cabeça do bebê após o seu nascimento, mesmo ele sendo prematuro, pois em cada mês o cérebro tem um formato diferente.

Houve um período de muita preocupação no ano de 2015 quando começaram a surgir casos no Brasil e em específico no Nordeste de um número bastante alto de crianças nascendo com microcefalia. Depois de algumas pesquisas e estudos (SEGATTO, 2015), verificou-se que aquele surto estava ligado ao Zika, vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, a maioria desses casos se concentravam em lugares de vulnerabilidade social. Pois, nessas áreas existe pouco acesso a coleta de lixo, o que aumenta ainda mais o índice de mosquitos no local, vale ressaltar que nem todas as famílias têm condições de usar repelentes para se proteger. Esse número de casos tão alarmante preocupou a todos, pois começaram a surgir muitas dúvidas de como atender essas crianças, como iriam ajudar? O que fazer? Entre outras. Como a maioria dos casos estão concentrados em áreas de vulnerabilidade social, é preciso que se tenha um cuidado mais específico em escolas públicas, tanto nas áreas pedagógicas, atendimento com psicólogos, quanto na infraestrutura. De acordo Oliveira (2017), "A estimulação precoce visa estimular a criança em todas as áreas do desenvolvimento,

sendo uma forma de favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial, linguístico e social”. Deste modo, uma atenção que vise estimular o desenvolvimento da criança diante de algumas dificuldades que desde cedo ele (a) começará a sentir, Oliveira (2017) ainda acrescenta que:

Os primeiros anos de vida têm sido considerados críticos para o desenvolvimento da criança, pois no período de 0 a 3 anos o cérebro da criança é mais sensível a transformações provocadas pelo ambiente externo. Quanto antes se iniciar a estimulação da criança, maiores serão as chances de ganhos em seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2017, p. 05).

Então, quanto mais cedo a criança tiver a oportunidade de participar eficazmente dessa socialização, melhor será seu desenvolvimento, seja a estimulação visual, motora, auditiva e física.

Frente a esse cenário, a Educação Infantil é o primeiro contato que as crianças têm com a escola, envolve acolhimento, paciência para a adaptação, estímulos para o desenvolvimento da cognição, ajuda na socialização com os colegas, professores e demais voluntários, entre outros pontos importantes. Receber a criança com microcefalia na escola deve ser preparado por todos, não é só integrar ele a sala de aula com os demais alunos, mas incluir e para que isso aconteça é preciso de formação aos professores e a toda equipe escolar.

Como afirma, Sant’Ana:

“Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional (SANT’ANA, p. 227-234, 2005) ”.

As crianças portadoras da microcefalia em alguns casos possuem: déficits cognitivos; problemas visuais; déficits auditivos e motores; atraso no desenvolvimento e epilepsia. Dessa forma, os professores e toda a escola precisa está preparada para receber essas crianças, o cuidado com elas deve ser específico. É preciso ressaltar que cada criança aprende de uma forma diferente, e a criança portadora da microcefalia vai precisar de estímulos e cuidados a mais para o seu desenvolvimento, sempre respeitando o seu grau de aprendizagem.

Até então a microcefalia não tem um tratamento específico, a criança é atendida por uma equipe multidisciplinar que ajuda no seu desenvolvimento. Essa equipe é formada por: fisioterapeutas, fonoaudiólogo, terapeutas ocupacionais e médicos. Essa

equipe atende de acordo ao grau específico da criança. É importante que a criança tenha esse acompanhamento para melhor se desenvolver durante seu crescimento.

MÉTODO - Itinerância percorrida

Foram escolhidas quatro escolas que possuem Educação Infantil, duas da rede pública e duas da rede privada. Todas essas escolas estão situadas em um bairro periférico de Jequié - BA, com alto nível de vulnerabilidade social e fragilidade econômica. Avaliou-se através de um questionário em três escolas (uma escola da rede municipal de ensino e as outras duas na rede particular de ensino), e na outra escola da rede municipal houve uma entrevista com a participação de nove professoras (roda de conversa). O período de pesquisa foi durante o mês de julho de 2018. No questionário buscou-se investigar a estrutura da escola, a formação dos professores e a preparação para acolher crianças com microcefalia e outras deficiências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO – O encontrado nos caminhos visitados

A primeira escola visitada é da rede municipal de ensino. A entrevista foi feita com nove professoras, porém, só três se dispuseram a relatar as dificuldades. Elas falaram que a escola não tem estrutura adequada para receber crianças com microcefalia, uma ainda disse que já observou no bairro uma criança com microcefalia e acredita que os pais não levam para escola porque teme as dificuldades do filho. As três professoras deixaram claro que não tem formação nenhuma para atender crianças com microcefalia, "... temos conhecimento de outras patologias porque tiveram alunos com deficiência e procuramos por si próprio participar de cursos e palestras, mas a instituição não dá esse suporte". Inclusive elas contaram que a secretaria de educação não dá o apoio necessário as crianças deficientes, "a lei exige que atendemos esses alunos, mas não temos salas adequadas e nem cuidador suficiente para nos ajudar na aula" fala de uma das professoras.

A segunda escola visitada foi da rede particular de ensino. O questionário foi aplicado a uma professora, ela relata que a escola não tem nenhuma estrutura para atender crianças com microcefalia e não tem nenhuma equipe que possa ajudar. Inclusive, ela disse não se sentir preparada para atender, pois na sua formação há 29 anos atrás não se falava muito nesse assunto no magistério e atualmente ela tem dificuldades. A professora relatou que a escola não da formação nenhuma de como atender e ensinar os alunos deficientes, e ela se preocupava muito em como seria futuramente caso ela estivesse um aluno com microcefalia. Confessou que não tem

tempo de tomar cursos e a escola não incentiva, inclusive a sua falta de tempo não lhe permite ir em casa durante o almoço.

A terceira escola foi da rede particular de ensino. O questionário foi feito com uma professora que trabalha há 19 anos como docente. Ela relata que a estrutura física não é adequada para atender crianças com microcefalia, “falta recursos que nos auxilie na hora de dar aula”. Acrescenta também que há uma grande dificuldade em atender crianças especiais, pois a escola não dá suporte, formação para o professor, “o próprio professor precisa pesquisar sobre a deficiência do aluno” e a dificuldade que ela encontra na sala de aula é a de lidar com a socialização entre eles, porque “os alunos fazem piada e até *bullying* quando tem uma criança ‘diferente’ na sala”.

A quarta escola visitada foi da rede pública de ensino. O questionário foi aplicado com uma professora que trabalha há sete anos na Educação Infantil. Ela descreveu no questionário que a falta de formação aos professores dificulta o bom acolhimento as crianças com microcefalia. A estrutura física da escola também não é adequada para a locomoção de crianças cadeirantes. Quando perguntado sobre as dificuldades encontradas no atendimento as crianças especiais, ela respondeu: “as dificuldades são em relação a construção e desenvolvimento da aprendizagem”.

Assim, tendo como base a Constituição de 1988 (Brasil), a inclusão de crianças deficientes na rede de ensino, está previsto no artigo 208 (§ III) que os portadores de deficiência devem ter atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Dessa forma, a lei prevê que a escola atenda e inclua o aluno em suas atividades, mas será que a secretaria de educação e demais órgãos responsáveis pelas escolas estão dando suporte e formação aos professores? Será que essa dificuldade, se perdurará por mais tempo? Para que esse aluno se torne ativo em sala de aula, dentro das suas necessidades, é preciso com que haja uma equipe escolar que dê suporte a essa criança. Mas, como podemos ver essas escolas dispõem de um espaço que não é adequado, a maioria possui escadas, falta corrimão, pista tátil, portas adequadas; estão escassas de formação; falta salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE); falta cuidadores que dê apoio aos professores em sala de aula, falta acessibilidade. Segundo Duarte e Pepê (2015), “...entendemos que o grande desafio da educação é transformar as escolas em escolas inclusivas, que garanta o atendimento à diversidade humana”. A partir dessas perspectivas podemos assim refletir, o qual difícil é para as crianças com microcefalia e de outras deficiências serem incluídas nas escolas da rede pública e privada, não envolve só um ou dois fatores, mas uma série de questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Dessa forma, a lei

prevê que a escola atenda e inclua o aluno em suas atividades, mas será que é apenas incluir ou também se torna necessário garantir sua permanência?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados, percebemos que tanto as escolas públicas, quanto as privadas não possuem estrutura adequada para atender crianças com microcefalia. É notável também a insatisfação de alguns professores com relação a falta de cuidadores nas escolas para o auxílio às crianças deficientes. Diante disso, é preciso repensar nas políticas públicas que assegura e mantém essas crianças na escola, que pense na acessibilidade de uma forma geral.

Porém, o que nos chama mais atenção é a falta de formação dos professores no atendimento aos alunos especiais. Cabe refletirmos, será que esses professores estão buscando se qualificar sobre a educação inclusiva ou não estão tendo oportunidades?

O tema da microcefalia não é algo novo, sempre existiu na sociedade, mas a partir do surto que houve em 2015 muitas pesquisas começaram a se desenvolver com relação a esse fator, portanto, é uma área de pesquisa que vem se construindo ao longo do tempo. Embora a legislação seja clara, ainda há muito que fazer em relação a recursos humanos, materiais e de infraestrutura para que as escolas possam acolher os alunos com necessidades especiais, em especial crianças com microcefalia.

REFERÊNCIAS:

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.
- Duarte, A. C. S. (2004). Educar e aprender na diversidade: um caminho para a inclusão.
- Oliveira, E. S. G. (2017). *Estimulação precoce da criança com microcefalia de 0 a 3 anos*.
- Sá, L. M. S. D. M. (2013). *Intervenção precoce e microcefalia: estratégias de intervenção eficazes* (Doctoral dissertation).
- Sant'Ana, I. M. (2005). Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia em estudo*, 10(2), 227-234.
- Segatto, C. 2015. O avanço do surto de microcefalia. Revista Época. Recuperado em 18 julho, 2018, de <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/o-avanco-do-surto-de-microcefalia.html>.
- Stainback, S., & William, S. (1999). Inclusão: um guia para educadores. In *Inclusão: um guia para educadores*.

Torres, V. F, & Tapia, L. S. (2016). *Escola inclusiva: o aluno com microcefalia, o que a Escola pode fazer?*. Projeto Creche Segura. Recuperado em 05 julho, 2018, de <http://www.crechese segura.com.br/escola-inclusiva-o-aluno-com-microcefalia/>.